

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2008
(Da Senhora Vanessa Grazziotin)

Solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário informações sobre o projeto de criação de Reservas Extrativistas no Sul do Amazonas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito de V. Exa., que seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário o seguinte pedido de informação:

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o município de Lábrea, localizado a 703 quilômetros de Manaus, foi um dos 36 municípios da Amazônia Legal que contribuíram com metade do desmatamento da região no segundo semestre de 2007.

Inúmeras causas são apontadas pelas autoridades e população local para explicar o desmatamento no município. A fraca presença do Estado brasileiro e o avanço da pecuária e da monocultura na região têm intensificado a ação predatória sobre a floresta.

Ainda no ano 2000, as próprias comunidades ribeirinhas sugeriram a criação de unidades de conservação, cuja proposta foi acatada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Após longos debates, o IBAMA formulou uma proposta de criação de duas Reservas Extrativistas, quais sejam, do Médio Purus e do Ituxi, além da Floresta Nacional Iquiri e do Parque Nacional Mapinguari.

Contudo, o projeto elaborado pelo IBAMA encontra-se atualmente estagnado na Casa Civil, devido a posições contrárias no seio do próprio Governo



C58AD7CA50

Federal e também do Governo do Estado. Este alega ser competência estadual a criação de unidades de conservação em terras do Estado, que são atingidas pela proposta do IBAMA. Já o Ministério das Minas e Energia pretende utilizar o potencial hídrico do Rio Ituxi, enquanto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário quer parte da região para fazer assentamentos.

Este impasse tem gerado sérios prejuízos ao município e, sobretudo, à população local. Conforme atesta a Comissão Pastoral da Terra, muitas pessoas já abandonaram a região devido ao clima de total insegurança no município.

Diante do exposto, solicitamos as seguintes informações:

- Se as terras em questão pertencem, de fato, à União. Em caso afirmativo, embasar legalmente;
- A área pretendida para o assentamento de famílias e o número de pessoas beneficiadas pelo projeto deste Ministério;
- Se já existe um entendimento preliminar entre as esferas envolvidas na criação das Unidades de Conservação.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2008.

**Deputada: Vanessa Grazziotin
PCdoB/AM**



C58AD7CA50